

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

---

**Individualismo metodológico**  
**(A micro fundação da**  
**macroeconomia)**

MANUEL JACINTO NUNES†

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2019

# **Individualismo metodológico (A micro fundação da macroeconomia)**

Manuel Jacinto Nunest

[O autor, cuja morte em 14 de Julho passado a todos nos surpreendeu e consternou, não teve oportunidade de rever as primeiras provas desta comunicação, tendo-me a viúva e filha pedido uma leitura adicional e muito apoiaram a preparação da minha homenagem, entretanto publicada em *Nova Cidadania*, n.º 54, Outono-Inverno, pp. 51-56, à memória do decano dos economistas portugueses e da 6.ª secção (economia e finanças). Conforme aí referido, a homenagem decorre de ações conjuntas entre 2008 e o elogio ao anterior decano, António Manuel Pinto Barbosa, publicado como *NOVA School of Business and Economics Working Paper*, n.º 577, com saudação por Pedro Soares Martínez, decano da 5.ª secção (direito e ciência política), e um testemunho inédito de Manuel Jacinto Nunes, o seu último escrito profissional. Ao rever as segundas provas, percebi que a transcrição nunca havia sido vista pelo autor, pois além de um conjunto de erros tipográficos, havia referências em falta e um fim súbito à última comunicação do saudoso «cidadão economista». Lamentavelmente saiu uma versão não revista no tomo XXXVIII, pp. 141-161, conforme errata aí inserida.

Jorge Braga de Macedo]

O conceito de individualismo metodológico, não obstante a ambiguidade que o envolve, é largamente seguido, sendo correntemente definido como a metodologia segundo a qual os fenómenos sociais só podem ser explicados em termos individuais.

Na metodologia da economia pode dizer-se que ele remonta aos primórdios da ciência económica mas de uma forma mais consciencializada desde os utilitaristas ingleses e a escola austríaca.<sup>1</sup>

Todavia terá sido Schumpeter, que, em 1908, usou pela primeira vez a expressão individualismo metodológico.

Nos anos trinta do século passado surge de novo a expressão, para na década seguinte Von Mises e Hayek lhe dedicarem especial atenção sendo Popper, provavelmente influenciado por Hayek, a desenvolver o conceito e a divulgá-lo junto dos filósofos.

Como se referiu, não obstante a sua ambiguidade, o conceito tem larga aceitação pela corrente económica dominante, ainda que paradoxalmente alguns dos seus adeptos ensinam macroeconomia, sem a redução, por impossibilidade, a conceitos individuais.

De facto, o individualismo metodológico está intimamente ligado à fundamentação microeconómica da macroeconomia.

A concepção de Schumpeter não é hoje a que tem maior acolhimento. A sua contribuição — para além da introdução da expressão — é a distinção entre individualismo metodológico e individualismo político e sociológico. Na sua *History of Economic Analysis* (1954), Schumpeter entende por individualismo político uma atitude de *laissez faire* em matéria de política económica.

Já em 1908, Schumpeter frisara bem que o individualismo político era inteiramente distinto do individualismo metodológico.

Quanto ao individualismo sociológico, de que não falara em 1908 — diz que «o autogoverno individual constitui a unidade última das ciências sociais e que todos os fenómenos sociais se resumem em decisões e acções individuais, que não necessitam ou podem ser objecto de análise subsequente em termos de factores superindividuais», acrescentando que «este ponto de vista é insustentável porque implica uma teoria do processo social».

---

<sup>1</sup> A concepção vem do iluminismo e está patente em Locke, Berkeley e Hume, anteriormente a Smith.

Contudo acrescenta: «daqui não se segue que para fins particulares de uma investigação, não seja admissível partir de dados comportamentais individuais sem ir até aos factores que determinam esse comportamento».<sup>2</sup>

Hodgson, que mais recentemente (2007) analisou as posições de Schumpeter, entende que o individualismo sociológico é de facto o que muitos entendem hoje como individualismo metodológico, mas salienta a rejeição que se assinalou ao individualismo sociológico por implicar uma teoria do processo social. Todavia, parece esquecer a subseqüente afirmação de Schumpeter que se citou: «há casos em que é admissível partir de dados comportamentais individuais, sem ir até aos factores que determinam esses comportamentos».<sup>3</sup>

As generalizações posteriores não podem assentar nas posições de Schumpeter, mas é essencial a sua distinção entre o individualismo metodológico e o individualismo político. A aceitação do último não implica a aceitação do primeiro, mas é incontestável que a aceitação generalizada do individualismo político leva muitos a inclinarem-se para o individualismo metodológico.

Popper insiste convictamente que o comportamento e as acções dos colectivos, tais como Estados ou grupos sociais, devem ser reduzidos ao comportamento e às acções dos indivíduos humanos, ou seja o modo apropriado de estudar os fenómenos sociais é estudar as crenças, as preferências e escolhas dos indivíduos e que qualquer fenómeno social, ainda que aparentemente o mais distante das intenções dos indivíduos, é ainda assim redutível aos indivíduos.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> «Os economistas que construíram as suas estruturas teóricas sobre as hipóteses dos consumidores e produtores individuais estavam sob a suspeição de favorecerem o resultado do livre jogo dos interesses económicos como eles o descreviam» Schumpeter. E prossegue «muitos daqueles teoristas eram de facto economistas liberais e que no fundo as teorias do *laissez faire* se viciaram no hábito de transferir as suas preferências políticas para qualquer assunto prático em discussão» Schumpeter (1954) p. 888.

Schumpeter afirma ainda que mesmo muitos utilitaristas e os austríacos evoluíram, acabando por aceitar a política social e a tributação progressiva. E dá como exemplos: Marshall que manifestou alguma preferência pelo socialismo; Walras que era descrito como um anti-socialista. Schumpeter vai ao ponto de afirmar que foram Marshall, Edgeworth e Wicksell que sustentaram a doutrina que a concorrência livre e perfeita maximiza a satisfação ao nível de uma tantologia inócua. (1954) p. 888.

<sup>3</sup> Uma explicação para se proceder desta maneira, como diz Schumpeter (1954) p. 889, vem de considerações da divisão do trabalho, no fundo uma tentativa de conciliação face «à querela dos métodos», entre os históricos e os marginalistas.

<sup>4</sup> A adjectivação metodológica ao individualismo foi usada pelos positivistas lógicos para distinguir o individualismo metodológico do que eles chamavam «holismo metafísico». Eram em consequência marcadamente anti-holistas.

A hipótese do reducionismo, que já vem dos positivistas lógicos, pressupõe uma hierarquia das ciências onde uma teoria é sempre um caso especial de outra. A teoria da redução respeita à derivação das leis de um domínio das leis de outro domínio, como diz Kincaid.<sup>5</sup>

Dado que as teorias têm terminologias diferentes, a derivação requer que, de algum modo, se estabeleça a correspondência entre os termos da teoria reduzida e os da teoria redutora. São as chamadas «leis ponte», algo de semelhante com o que se passa na física. De acordo com as leis ponte, na nova teoria podem utilizar-se termos da teoria original. Os termos podem não ter o mesmo conteúdo semântico, mas terem a mesma referência. A derivação e as leis ponte não são, todavia, suficientes para sustentar a redução.

A ideia por detrás da redução é que uma teoria reduzida pode explicar tudo o que pode a teoria redutora, mas nem sempre é assim — seria demasiado exigir que seja possível derivar exactamente uma teoria. Em geral, procuramos reduzir uma teoria menos fundamental a outra mais fundamental, assim a teoria reduzida é apenas abrangida parcialmente, o que é inexacto.<sup>6</sup>

Neste processo surgem várias questões: uma é o problema das realizações múltiplas — os fenómenos macroeconómicos podem ser o resultado de diferentes comportamentos individuais.<sup>7</sup>

Outra é o denominado problema de «sensibilidade do contexto», é o caso inverso — um dado comportamento individual pode levar a diferentes entidades sociais em situações diversas.

A agregação das curvas inclinadas de procura individuais é um caso típico. As curvas inclinadas da procura no mercado podem provir de diferentes conjuntos de procura individuais.

Na formulação restrita do individualismo metodológico, os indivíduos devem ser descritos não relacionalmente. Esta concepção corresponde a uma forma de atomismo. Se a explicação assentar só em elementos individuais não relacionados poder-se-á falar em atomismo. É a tese reducionista estrita que suporta o atomismo e a ele opor-se-á não o holismo, mas o organicismo.

---

<sup>5</sup> Kincaid (2004) p. 304.

<sup>6</sup> Kincaid (2004) pp. 304-305.

<sup>7</sup> Kincaid (1998) e 2004 p. 306. De modo que um termo social não implica a constância correspondente do termo individual.

Se seguirmos Popper, para provar que o individualismo metodológico é uma tese falsa, basta encontrar um caso onde os requisitos para a redução não se verifiquem. Mas, quanto a nós, uma prova mais evidente necessita de razões com outro alcance.

O individualismo metodológico ganha suporte com a verificação de casos reais de redução que levem a alimentar a ideia que é possível ela ser estendida a outros casos. Os individualistas metodológicos têm assim por objectivo provar que a redução é sempre possível e os seus oponentes que ela não é possível em muitos casos.

Individualistas e holistas incorrem em erro quando pretendem defender as suas teses no domínio da filosofia da ciência. Não é possível demonstrar ou negar a credibilidade no plano conceptual — o reducionismo seria no domínio empírico — temos de considerar assuntos substantivos específicos. As avaliações metodológicas só têm sentido perante investigações empíricas concretas.<sup>8</sup>

A ideia de redução é porém uma ideia corrente da filosofia das ciências. A química seria redutível à física, a biologia à química, a psicologia à neurologia. Não só a ciência progrediria com o reducionismo, como o edifício científico das ciências é redutivo.

A história da ciência seria apresentada como um processo cumulativo por reduções sucessíveis e com uma hierarquia dedutiva das teorias científicas. Ora as tentativas insistentes para sustentar esta teoria na física parece não terem resultado.<sup>9</sup>

Teorias consideradas relacionadas pela redução são incomensuráveis. Não haveria assim, segundo os oponentes do individualismo metodológico, possibilidades de redução.

Rosenberg defende o individualismo metodológico, mas vai mais longe ao pôr em causa a existência de factos sociais que foram postos em relevo por Durkheim.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> «As disputas metodológicas e as próprias controvérsias empíricas não podem ser decididas em abstracto». O que para Kincaid não é surpreendente se tivermos presentes as teses de Duhem-Quine, que no que toca ao conhecimento, afirma ser como uma teoria de crenças onde tudo, em princípio, é susceptível de revisão — Kincaid (2004) p. 313.

<sup>9</sup> Rosenberg (1995) pp. 136-140.

<sup>10</sup> Rosenberg em obras anteriores (1976, 1985, 1988) põe mesmo em causa a existência da ciência económica. As teses de Rosenberg têm sido largamente debatidas, nomeadamente por Maki (1996). Sobre esse debate demos conta num capítulo do nosso livro *Epistemologia e Metodologia Económica* (2004).

Para os individualistas, segundo Rosenberg, as pretensões acerca da existência de factos sociais devem ser inteiramente explicadas por proposições acerca dos indivíduos, porque a existência dos indivíduos é, não só necessária, mas suficiente para a existência da sociedade e dos factos sociais.

Se tudo o que necessitamos para produzir factos sociais é a existência de pessoas, é o seu comportamento, como podem os factos sociais consistir em mais do que comportamento dos indivíduos?

As propriedades de uma teoria individualista determinariam as propriedades de uma teoria social.

A agregação das pessoas não seria suficiente para a existência de factos sociais.

Poucos filósofos da ciência, afirma Rosenberg<sup>11</sup>, considerariam seriamente tal hipótese, mas acrescenta, excepto em último recurso. Porque a questão não seria a admissão da explicação de algo, mas a admissão de algo que não pode ser explicado: o mistério do todo o ser maior que a soma das partes.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> No capítulo V da *Filosofia da Ciência*, 1995, vai enumerando os argumentos a favor da existência de factos sociais e refutando-os seguidamente.

Rosenberg vai ao ponto de defender se reducionistas e individualistas se defrontarem com fenómenos sociais resistentes à explicação e descrição em termos individuais. Sugere que a referência a tais factos (e a tais agregados) seja considerada um erro. Admite, todavia, que tal não seria convincente para os não convertidos ao individualismo metodológico, assim, outra estratégia seria tratar as teorias macrosociais não como hipóteses verdadeiras ou falsas, mas como instrumentos úteis para sistematizar dados e não para serem tomadas seriamente (1995) p. 279.

<sup>12</sup> Rosenberg apresenta, como se disse, muitas teses características do individualismo metodológico sem rejeitar explicitamente, mas mantendo uma posição de pseudo-distanciamento para lhe permitir ir apresentando os argumentos em favor do holismo.

Um dos pontos onde mais se nota esta posição é a acusação aos individualistas de serem cúmplices do totalitarismo de esquerda e direita, atribuindo às instituições uma vida própria e funções que respeitam a necessidade da sociedade, opostas às necessidades dos indivíduos que as compõem.

Também Viskovatoff dá como exemplo dos individualistas os neo-clássicos e dos holistas os trabalhos de Durkheim.

Outra ideia expressa em Rosenberg (1995) é a necessidade de os holistas abarcarem o funcionalismo — a doutrina segundo a qual explicamos o carácter de algo ou mesmo da sua existência referindo a função que servem. Segundo ele, o holismo e o funcionalismo sustentam-se apenas numa espécie de organismo superindividual, feito de instituições e indivíduos actuando como os seus órgãos, tecidos e células.

Refere ainda a atracção do funcionalismo e do holismo para interpretar as teorias de Marx, na medida em que este considerara a sociedade composta por classes, competindo pela supremacia. A crítica de Marx daria sentido a aspectos de superestrutura ideológica, em termos de interesses não de indivíduos mas de classes.

Todavia Rosenberg reconhece a existência tanto de traços holísticos como individualistas nos escritos de Marx.

Inserem-se nesta discussão ressonâncias da aproximação, que referimos ser frequente, entre individualismo metodológico e individualismo político. Esta confusão subsiste por haver muitos que consideram que o individualismo político é necessário ao individualismo metodológico, ou seja, confundem análise com ideologia.

O individualismo metodológico tem naturalmente um correspondente ontológico e a confusão frequente entre individualismo ontológico e individualismo metodológico, não ser a menos perturbadora do que a que foi assinalada por Schumpeter, entre individualismo político e individualismo metodológico.

A afirmação de Margaret Thatcher em 1987: «*There is no such thing as society, only individuals*» é claramente do domínio ontológico, embora muitos economistas cite a frase considerando-a do domínio do individualismo metodológico.

Muitos outros, como Von Mises, defendem o individualismo metodológico com argumentos que são nitidamente do foro ontológico.<sup>13</sup>

Ora o individualismo metodológico não exige o individualismo ontológico. O facto de haver uma tendência para o individualismo metodológico se associar ao individualismo ontológico, reflecte uma tendência, não correspondente a uma condição necessária.<sup>14</sup>

O compromisso dos economistas com o individualismo metodológico não é baseado em aplicações com sucesso, que são limitadas. Parece antes assente numa crença intuitiva no individualismo ontológico — tudo o que é fundamental para a economia são os actores económicos individuais. A deriva para a microfundação seria assim causada pelo individualismo ontológico.

Uma tese ontológica corrente é a de que «a sociedade é composta de indivíduos e nada existe para além deles».

Os holistas podem aceitar a primeira parte da tese, mas não aceitam a segunda porque entendem que as entidades colectivas têm um lugar importante na sua ontologia, por virtude do papel que têm no processo explanatório. Assim, este princípio só teria conteúdo significativo conjugado com a explicação e a redução.

Um outro princípio ontológico pode enunciar-se nos seguintes termos: «os processos sociais são completamente determinados por processos envolvendo indivíduos». Este princípio é menos restritivo, admite a existência de factos sociais como supervenientes aos factos individuais.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Quando Hayek afirma que não há qualquer *abstractum* na sociedade para além das acções dos indivíduos, estamos obviamente no domínio ontológico.

<sup>14</sup> O próprio Blaug, um defensor extremo da macroeconomia contra as pretensões individualistas da microfundação, é um adepto do individualismo ontológico (1992) p. 45.

<sup>15</sup> Kincaid (1998) p. 295, (2004) p. 301.



Segundo o conceito de superveniência, domínios ou descrições podem não ser redutíveis a outro domínio e, todavia, depender dele.<sup>16</sup> Um exemplo característico é o conceito de bondade dado por Moore em 1922. Para ele, a bondade não era definível em termos não morais; contudo, aceitava que ela era dependente de factores materiais.<sup>17</sup>

Assim, a superveniência descreveria uma dependência que não significava redução e permitia explicar as diferentes espécies por graus de dependência.

«A superveniência seria utilizada para descrever a relação entre as explicações a nível macroeconómico e as explicações a nível microeconómico. Se todos os factores a nível microeconómico estivessem estabelecidos, o mesmo aconteceria a nível macroeconómico, mas tal não implicaria redução e seria assim compatível com as explicações a nível macroeconómico».<sup>18</sup>

Também Hoover (2001) aceita que os agregados macroeconómicos são supervenientes à realidade microeconómica, o que significaria, mesmo que a redução da macroeconomia à microeconomia não seja possível, se dois mundos paralelos possuem a mesma configuração de elementos microeconómicos também deveriam possuir a mesma configuração de elementos macroeconómicos. Mas a mesma configuração de elementos macroeconómicos não implicaria a mesma configuração de elementos microeconómicos. Logo Hoover não aceita a hipótese das variações múltiplas, mas admite a sensibilidade do contexto.

A tese da superveniência teria maior projecção se não fosse tão genérica. Isto é, se em vez de dizer que estabelecidos todos os factores do nível macroeconómico, o mesmo acontece com os factores microeconómicos, afirmasse, em certos casos, estabelecidos os factores a nível microeconómico o mesmo sucede a nível macroeconómico.<sup>19</sup>

A par, mas distinto do conceito de superveniência, há na economia um outro conceito — o de emergência — também estritamente ligado ao individualismo metodológico.

---

<sup>16</sup> Kincaid (1998) p. 477-478.

<sup>17</sup> O debate tem de facto origem na ética e na filosofia da mente. Os defensores do fiscalismo (e muitos materialistas) entendiam que definidos os factores físicos ficavam definidos os factores mentais, sem terem de afirmar que os estudos mentais podiam ser reduzidos a factores físicos. Kim (1984).

<sup>18</sup> Kincaid (1998) pp. 487-488.

<sup>19</sup> Kincaid (1998) p. 488.

O conceito opõem-se ao reducionismo e consiste na ideia que propriedades novas que não são redutíveis aos microelementos constituintes do nível básico.<sup>20</sup>

O grande expoente da ideia dos *novel facts* foi Friedman em 1946. Mais recentemente, a ideia está ligada a Lakatos que a usou como critério de avaliação nos programas de investigação científica.<sup>21</sup>

Entre as duas guerras mundiais, no Período da Paz de Versailles, o conceito tinha estado marginalizado pela fase reducionista e positivista da ciência. Até que renasceu com Friedman, Popper e com outros após a guerra. Em 1979 escreveu Popper:

«vivemos num universo de novidade emergente, que é, como regra, não redutível completamente a estados precedentes.»<sup>22</sup> Mas a existência de propriedades emergentes nega o reducionismo.<sup>23</sup>

Embora, como temos afirmado, o projecto reducionista continue a ser o predominante na biologia e nas ciências sociais, uma atenção crescente vem sendo dada ao conceito de emergência.

---

<sup>20</sup> Com este conceito relaciona-se o de auto-organização. Foi Prigogine quem desenvolveu a ideia de uma ordem emergente de caos. A ideia de emergência encontra-se já em Stuart Mill com o que ele chamava *heteropatética*. Não que Stuart Mill fosse contra a ideia de novidade (*novel facts*). Teve inclusive uma disputa com Whemell a este respeito.

<sup>21</sup> Foi o filósofo da biologia Lloyd de Morgan (1927-1997) quem deu grande desenvolvimento ao conceito de emergência ao considerar que as ideias emergentes eram imprevisíveis, eram resultados não aditivos em processos complexos. A não aditividade envolveu uma mudança de metáforas mecanicistas para as metáforas orgânicas.

<sup>22</sup> É Mayer, um holista, que, em 1985, volta a pôr em relevo as propriedades emergentes: todos os sistemas actuam como um todo e não podem ser deduzidos de um conhecimento mais completo, ou, em alternativa, actuam em combinações parciais.

<sup>23</sup> A emergência tem sido relacionada com a teoria do caos.

Trabalhando com sistemas não lineares as teorias do caos mostram que ligeiras alterações nos parâmetros essenciais podem ter enormes consequências — é o conhecido «efeito borboleta».

Há também a teoria dos pontos de bifurcação de Prigogine e Stinger. Após se ter comportado deterministicamente, um sistema pode atingir um ponto de bifurcação, onde é impossível saber em que direcção ele seguirá. Pequenas perturbações podem apontar o sistema numa direcção ou noutra.

A teoria do caos sugere que uma novidade pode surgir de um sistema determinístico não linear, sendo imprevisível o resultado final. A estrutura das condições iniciais nunca é suficiente para possibilitar a previsão.

A teoria do caos põe em causa a ideia de que a ciência é fundamentalmente previsão e reducionismo. Com efeito, a ideia da explicação do todo em termos das partes componentes, ou seja o reducionismo, é posto em cheque.

Se no reducionismo envolvermos factores explanatórios de natureza psicológica (a excepção da teoria de escolha) podemos cair no psicologismo que o próprio Rosenberg rejeita.

As ciências sociais, segundo Popper, têm por objecto analisar as repercussões não esperadas de acções intencionais (racionais), negligenciadas pela teoria de conspiração e pelo psicologismo.

Quanto ao psicologismo, Stuart Mill, um seu arauto destacado escreveu «as leis dos fenómenos da sociedade são fenómenos da natureza humana, não podem ser se não decisões dos seres humanos, quer dizer, leis da natureza humana individual. Os homens mesmo considerados conjuntamente não são convertidos noutra espécie substancial».

Para Popper esta afirmação constitui o maior louvor ao psicologismo, mas também uma notória condenação do colectivismo e do holismo. E acrescenta: «a crença que a escolha do método individualista implica a escolha do psicologismo é errónea, mesmo que possa parecer convincente à primeira vista».

O erro do psicologismo é a sua presunção de que o individualismo metodológico implica a redução de todos os fenómenos sociais e de todas as regularidades sociais a fenómenos psicológicos e leis psicológicas (Popper).<sup>24</sup>

A questão do individualismo metodológico teve um surto com o aparecimento da *Teoria Geral* de Keynes em 1936, com a utilização de agregados, nem

---

<sup>24</sup> Popper entende que não se deve menosprezar o grande mérito que o psicologismo adquiriu ao advogar o individualismo metodológico e a opor-se ao que ele designa por «colectivismo metodológico» porque o psicologismo dá suporte à doutrina de que todos os fenómenos sociais e especialmente o funcionamento de todas as instituições sociais devem ser sempre resultantes de decisões, acções e atitudes de indivíduos humanos e nunca devemos estar satisfeitos em termos dos chamados colectivos (estados, nações, raças).

Segundo Popper o psicologismo de Stuart Mill tê-lo-ia levado ao historicismo que Popper rejeita frontalmente. *The Poverty of Historicism* é dedicado ao historicismo e ao holismo. Todavia, Popper admitiu que Stuart Mill estava consciente da pobreza do historicismo. O ataque dele é ao epigrama de Marx: «Os homens, isto é, a mente humana, as necessidades, as esperanças, medos e expectativas, os motivos e as aspirações dos indivíduos humanos, se alguma coisa são, é o produto da vida em sociedade e não dos seus criadores.»

Popper diz que «Marx não fala de psicologismo e não é Stuart Mill que ele tem em mente com a citação deste epigrama, mas sim Hegel e o seu idealismo.»

No tocante ao problema da natureza psicológica da sociedade, o psicologismo de Mill, pode dizer-se, coincide com a teoria idealista atacada por Marx.

Acontece ainda que terá sido por um outro elemento do hegelianismo, nomeadamente o que Marx chamava o «colectivismo platonizante» de Hegel, que conduziu Marx àquele epigrama. Marx desenvolveu certas ideias de Hegel da superioridade da sociedade sobre o indivíduo e utilizou-as contra outras ideias de Hegel. Popper considera Mill um oponente mais forte a Marx do que a Hegel. Popper (1995).

sempre, ou melhor, na maioria dos casos, não redutíveis, e com a antinomia macroeconomia versus microeconomia.<sup>25</sup>

Do lado empírico, as investigações sobre agregados feitas no National Bureau of Economic Research por Mitchell e Burns, nos Estados Unidos, constituem também antecedentes relevantes.<sup>26</sup>

A aceitação do programa de microfusão é quase geral entre os economistas. A despeito desta devoção não é, todavia, largamente praticado pelos economistas.

Uma das razões é designada pelo «problema de Cournot (1838-1922)»: há demasiados indivíduos (consumidores e produtores) e demasiados bens, a ser movimentados na modelação directa.

Independentemente da incerteza, o problema de Cournot implica que é impraticável resolver, com todo o pormenor, bem por bem, preço por preço. Tem que se trabalhar com agregados.<sup>27</sup>

Dado que as pessoas não podem teorizar certas espécies de fenómenos sem a ajuda de categorias macroeconómicas — que não são elas próprias redutíveis a categorias microeconómicas — o problema de Cournot introduz restrições analíticas não só de ordem prática, mas também de princípio.

---

<sup>25</sup> Uma parte importante da macroeconomia lida com agregados. Há agregados naturais que são simples somas ou médias e agregados sintéticos (o produto nacional bruto, o nível geral de preços, etc.) que são os mais importantes para a macroeconomia. São sintéticos porque são construídos com componentes de tal modo que alteram a estrutura desses componentes e assim são dimensionalmente distintos deles (a despeito de, às vezes, terem um nome em comum).

Nem o individualismo metodológico, nem o individualismo ontológico negam a existência de agregados colectivos, o que é negado é que tais agregados sejam unidades fundamentais sobre as quais a realidade económica seja construída.

Hayek (1979) cap. IV, afirma de facto que tais entidades são secundárias e que o papel das ciências sociais é composto, isto é, ele resulta de componentes individuais fundamentais. Para Hayek, os agregados existem derivadamente mas não fundamentalmente.

Todavia, Hayek, apoia um individualismo metodológico, digamos, praticável, salientando a importância, em princípio da redução e cita ele próprio o problema de Cournot.

Não negando a possibilidade do cálculo do produto nacional bruto ou o nível geral dos preços, Von Mises vai mais longe do que Hayek, afirmando que esses agregados são completamente desprovidos de significado. Hoover (2001) pp. 230-231, pp. 252-253.

<sup>26</sup> Burns foi Presidente do Council of Economic Adviser de Eisenhower e *Chairman* do Federal Reserve Board de Nixon.

<sup>27</sup> Hayek, como se refere na nota (25), refere-se também ao problema de Cournot: «Nas ciências sociais é necessário distinguir entre ideias que são constituídas de fenómenos que nós queremos explicar e as ideias que nós próprios — ou muitos outros — cujas ideias temos de explicar — possam ter formado acerca desses fenómenos e que não são a causa deles, mas teorias acerca das estruturas sociais».

Como diz Blaug, a revolução keynesiana representou um programa de investigação que, como nenhum outro, conquistou tão rápida e completamente a profissão económica.<sup>28</sup>

Uma das principais inovações da *Teoria Geral* foi um conceito alternativo de equilíbrio. Apresentou versões simplificadas da oferta e da procura em termos globais, sem admitir o estado ideal de coordenação.

Na base desta inovação estava a tese de que os preços não eram as únicas variáveis equilibradoras.

Em Keynes, o equilíbrio era dado pela igualdade entre a quantidade produzida e a quantidade procurada.

As consequências económicas da guerra do Vietname vieram dar o primeiro grande golpe no keynesianismo. Talvez um corte nas despesas governamentais tivesse salvo o keynesianismo naquela altura; mas não foi esse o caminho seguido por Lyndon Johnson com o programa da *Great Society*.<sup>29</sup>

Os ataques à teoria keynesiana tiveram como chefe de fila Milton Friedman,<sup>30</sup> que privilegiava a política monetária em detrimento da política orçamental defendida pelo keynesianismo.

Os keynesianos consideravam pouco eficaz a política monetária porque tinham como instável a velocidade de circulação da moeda, ao contrário dos monetaristas; por isso era fundamental para estes o controlo da oferta de moeda.<sup>31</sup>

Neste debate chegou-se, a certa altura, a um consenso: a teoria keynesiana aplicar-se-ia aos problemas de curto prazo, e a teoria do equilíbrio geral aos de longo prazo.

---

<sup>28</sup> Ainda em 1965, a revista *Times* escolheu Keynes como capa do final de ano e escreveu: «Trinta anos depois da sua morte as ideias de Keynes são tão originais e persuasivas que ele perfilha-se como Adam Smith e Karl Marx, como um dos economistas mais significativos da história da economia». Biven (189) p. 48.

<sup>29</sup> Biven (189) pp. 48-49.

<sup>30</sup> Friedman iniciou os seus estudos na linha keynesiana, mas derivou para a orientação que atribuía um maior papel à política monetária.

<sup>31</sup> O keynesianismo não desapareceu com o monetarismo, a controvérsia continuou. Nos Estados Unidos, Heller nomeado por Kennedy, presidente do Conselho de Consultores Económicos e que continuou nessa posição, com Johnson, era um keynesiano, como o eram Tobin de Yale, Arrow de Stanford e Solow do MIT, que foram membros daquele Conselho. Samuelson não era membro daquele Conselho, mas era um conselheiro particular de Kennedy.

Heller foi ainda conselheiro dos democratas nas campanhas de Stevenson, Humphrey, Carter e Mondale.

A curto prazo, o sistema teria um equilíbrio keynesiano de preços fixos. Foi o que se denominou a síntese neoclássica, mas que em breve foi posta em causa por Clower em 1965, e depois por Barro e Grossman em 1971.

O ataque à macroeconomia e aos agregados keynesianos continuou com um discípulo brilhante da Escola de Chicago, Lucas, que em 1970 anunciou o fim da economia keynesiana numa conferência que intitulou «A Morte de Keynes».

A teoria das expectativas racionais de Lucas, ainda que crítica de certos aspectos da metodologia de Friedman, reforça as conclusões monetaristas.

Podem então definir-se duas correntes no individualismo metodológico perante o problema da microfundação.

Uma pretende que não é possível existirem duas ciências para explicar os mesmos fenómenos. É em nome da unidade da ciência que pretendem integrar a macroeconomia e a microeconomia.

Outra corrente mais radical, seguindo a linha clássica, adopta o reducionismo: os fenómenos sociais, as relações entre os agregados económicos, só podem ser explicados na base dos comportamentos individuais.

É a versão mais corrente, mas que alguns consideram menos promissora. Chegam mesmo a negar a existência da macroeconomia.

Por exemplo, Lucas escreveu em 1987:

«Os desenvolvimentos de maior interesse na teoria económica parecem susceptíveis de ser descritos como reincorporação de problemas agregativos tais como a inflação e os ciclos económicos, dentro da estrutura geral microeconómica».

«Se tais desenvolvimentos tiverem êxito, o termo macroeconómico desaparecerá simplesmente de uso e o termo micro será supérfluo. Falaremos como Smith, Ricardo, Marshall e Walras de teoria económica. É o “*if*” que nos impede ainda hoje de considerar a incorporação da macroeconomia na microeconomia».

Este texto de Lucas é muitas vezes considerado como decretando a morte da macroeconomia, tal como a sua conferência em 1970 decretara a morte da Keynes, esquece-se que é o próprio Lucas que enfatiza o *if*.

Como diz Blaug, se o individualismo metodológico fosse estritamente interpretado, tal implicaria que teríamos de afastar todas as proposições macroeconómicas, o que equivaleria praticamente a eliminar toda a macroeconomia.

O reconhecimento de que a teoria microeconómica existente era insuficiente para tratar problemas da macroeconomia levou esta a procurar novos caminhos de modo a usar conceitos de micro, como o equilíbrio e a escolha racional, mas também houve esforços da microeconomia para se aproximar da macroeconomia.

Muitos economistas, nas décadas de sessenta e setenta, foram levados para a teoria da informação, onde a principal contribuição é a de Phelps com a parábola das ilhas de informação.<sup>32</sup>

O modelo de Phelps foi, porém, considerado insatisfatório e é Lucas, em 1972, quem apresenta um modelo rigoroso da parábola das ilhas de informação na qual os agentes formavam expectativas subjectivas que eram expectativas matemáticas do próprio modelo.

Muitas vezes a microfundação considera que as pretensões da macroeconomia devem ser compat iveis com a teoria do equilíbrio geral e o princípio da racionalidade.

Sobre o domínio do postulado da racionalidade na economia escreve Blaug que houve quem negasse a possibilidade de construir qualquer teoria econ mica, não baseada na maximiza o da utilidade. Obviamente, acrescenta, esta asser o   falsa porque a economia keynesiana com os seus pressupostos de preços fixos não   derivada da maximiza o da utilidade e não   facilmente tornada compatível com ela, e finaliza «uma gera o inteira de macroeconomistas procuram derivar funda es microecon micas para a macroeconomia keynesiana, ou seja, conciliar o multiplicador keynesiano com o postulado da racionalidade, mas nem todos concordam que o esforço tenha sido bem sucedido».<sup>33</sup>

Blaug não cita os modelos de B nassy (1975) e Dreze (1975) que mostraram que existe um equilíbrio nos modelos de preços fixos, nos quais os esquemas de

---

<sup>32</sup> Eram as transa es que determinavam o equilíbrio entre a oferta e a procura em cada ilha, mas cada ilha não conhecia nem as quantidades nem os preços da ilha antecedente. A parábola das ilhas de informa o parecia uma base para a microfunda o sem recorrer ao *tattonement* walrassiano, pois baseava-se na teoria da forma o das expectativas.

<sup>33</sup> Blaug (1992) p. 230.   uma referência   dificuldade de derivar a procura de moeda da maximiza o racional da utilidade. Blaug cita ainda Arrow (1987) que escreveu: «Não sei de nenhuma deriva o séria da procura de moeda a partir de uma optimiza o racional».

racionalidade conduzem à alocação dos bens pelos agentes individuais e que estes modelos de preços fixos abrangem um número de conceitos associados à macroeconomia keynesiana: «o desemprego involuntário pode ser considerado um fenómeno de equilíbrio no qual a optimização dos consumidores enfrenta uma quantidade restrita no que respeita à quantidade de trabalho que podem oferecer».

Também as noções de procura efectiva e de multiplicador foram reformuladas. Estes modelos de preços fixos têm micro fundações, no sentido em que são baseados na tomada de decisões individuais e na noção bem definida de equilíbrio.

A moderna macroeconomia procura explicar os fenómenos macroeconómicos como as flutuações no emprego por meio de modelos tão próximos quanto possível de modelos de equilíbrio geral.

Um papel seminal a este respeito é de Lucas, já citado (1972), que considerou a informação incompleta acerca da oferta de moeda (agregada) como a principal causa do ciclo.<sup>34</sup>

Modelos deste tipo foram posteriormente desenvolvidos por Kydland e Prescott (1982).

Para se mostrar que a unidade da ciência mais do que a ênfase no individualismo metodológico está na base da microfundaçãõ é fundamental mostrar que a noção de expectativas racionais e a noção de equilíbrio não são baseadas nos comportamentos individuais. Jensen mostrou em 1993 que, «embora as noções de comportamento (racional) individual, elas não são, em geral, derivadas umas das outras».

Há ainda uma outra linha na microfundaçãõ: o agente representativo considerado uma resposta à crítica de Lucas.

Há que ponderar que espécie de indivíduos é considerada no individualismo e na microeconomia.

A teoria dos consumidores não é construída com indivíduos, mas com agregados familiares, e a teoria da produçãõ com empresas. Ora as empresas e as famílias são agregados com uma estrutura social. Qual a composiçãõ da família, quantos trabalham?

---

<sup>34</sup> Jensen (1998) pp. 308-309.



Levanta-se assim o problema da agregação. Só em condições muito restritas podemos assegurar, como se referiu, que a inclinação decrescente das curvas de procura individuais conduzem a curvas de procura decrescentes no mercado como um todo. Nas primeiras, o elemento básico é o preço, nas segundas, entram outros factores.

Como diz Kincaid, modelos com agentes representativos que tratam os agregados consumidores como indivíduos, são individualistas só em nome.<sup>35</sup>

Lucas e os seus seguidores desenvolveram modelos do agente representativo que foram fortemente criticados por Kirman<sup>36</sup> em 1992. Não tanto pela sua aspiração ao individualismo metodológico, mas porque não preenchem as condições necessárias a uma adequada agregação.

Hoover vai mesmo a ponto de dizer que, ao nível empírico, os modelos neo-clássicos do agente representativo são macroeconómicos no seu conteúdo.

No modelo do agente representativo, um agente maximiza as suas funções de utilidade ou lucro tratando as construções dos agregados na economia como se eles fossem a linha limite da produção. Algumas vezes, estes modelos são generalizados a poucos tipos de agentes, cada um dos quais representativo de um largo grupo na economia. A teoria da agregação demonstra inequivocamente que as condições sob as quais um agente pode representar um grupo de indivíduos não são possíveis.

O agente representativo — que pode dizer-se é um dos poucos modelos praticável que os neo-clássicos macroeconómicos propuseram para implementar o seu programa — não se apresenta assim como uma implementação com sucesso na micro fundação. «No pior, o agente representativo é uma fuga ao problema da agregação, no melhor, são metáforas ou idealizações da macroeconomia», concluiu Hoover.<sup>37</sup>

Os neo-clássicos macroeconomistas atacam Keynes e outros advogados dos agregados macroeconómicos porque não conseguem proporcionar microfundações; então apresentam modelos que começam com a hipótese não provada de agregações com sucesso, oferecendo uma simulação de

---

<sup>35</sup> Kincaid (2004) p. 311.

<sup>36</sup> Kirman (1992).

<sup>37</sup> Hoover (1998) p. 336, cfr. também Kirman (1992) pp. 237-239.

microfundações e não genuínas microfundações, concluiu com exagero Hoover.

Em princípio os neo-clássicos macroeconómicos procuram considerar uma variedade de microfundações.

Por exemplo, inclinam-se para a teoria dos jogos.

Todavia, o equilíbrio walrassiano é ainda a pedra central do seu programa de microfundação.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras  
na sessão de 26 de junho de 2008)

## BIBLIOGRAFIA

1. BACKHOUSE, R. (1998), «Novel Facts» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 339-342.
2. BACKHOUSE, R. e SALANTI, A. (1999), «The Methodology of Macroeconomics», *Journal of Economic Methodology*, vol. 6 — nº 2, Julho, pgs. 159-169. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology*, vol. III, pgs. 286-296.
3. BIVEN, W. CARL (1989), *Who Killed John Maynard Keynes*, Dow Jones, Irwin, Homewood, Illinois.
4. BLAUG, M. (1980, 1992), *The Methodology of Economics*, 2ª ed., Cambridge University Press, Londres e Nova Iorque.
5. CALDWELL, B. (1998), «Hayek, Friedrich A.» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 220-226.
6. DAVIS, J., HANDS, D., MAKI, U (eds.) (1998), *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido.
7. DAVIS, J. (1998), «Organicism» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 349-351.
8. DAVIS, J. (2006) (ed.), *Recent Developments in Economic Methodology*, Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido.
9. DAVIS, J. MARCIANO, A., RUNDE, J. (eds), *The Elgar Companion to Economic and Philosophy*, Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido.
10. HAYEK. FRIEDRICH, A. (1979), *The Counter-Revolution of Science Studies in Abuse of Reason*, Liberty Press, Indianapolis.
11. HODGSON. G. (1998), «Emergence» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 156-160.
12. HODGSON, G. (2007), «Meanings of Methodological Individualism», *Journal of Economic Methodology*, vol. 14 — nº 2, Junho, pgs. 211-226.

13. HOOVER, K. (1998), «New Classical Macroeconomics» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 333-339.
14. HOOVER, K. (2001), «Is Macroeconomics for Real?» em Maki (eds.) *The Economic World View: Studies in the Ontology in Economics*, cap. XII, Cambridge University Press, Cambridge, pgs. 225-245. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology* (2006).
15. HOWITT, P. (1998), «Microeconomics: Relations with Microeconomics» em *The New Palgrave. A Dictionary of Economics* (Reimpressão), Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (eds.), Chippinghom, Wiltshire, Reino Unido, vol. III, pgs. 273-276.
16. JANSEN, M. (1998), «Microfoundations» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 307-310.
17. KINCAID, H. (1998), «Supervenience» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 487-488.
18. KINCAID, H. (1998), «Methodological Individualism / A Fomis» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 294-300.
19. KINCAID, H. (2004), «Methodological Individualism and Economics» em Davis, Marciano e Runde (eds.) *The Elgar Companion to Economic and Philosophy*, pgs. 299-314.
20. KIRMAN, A. (1992) «Whom or What Does the Representative Individual Represent?» em *Journal of Economic Perspectives*, vol. 6 — nº 2, Spring, pgs 117-136. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology*, vol. III, pgs. 229-248.
21. NUNES, M. JACINTO (2004), *Epistemologia e Metodologia Económica*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
22. POPPER, K. (1945), «The Autonomy of Society» em *Popper Selections*, Miller, D. (eds.), 1985, Princeton University Press, USA, pgs. 345-356.
23. ROSENBERG, A. (1995), «The Metaphisic of Microeconomics» vol. 78 — nº 3, Julho, pgs 352-367. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology* (2006), vol. III, pgs. 270-285.
24. ROSENBERG, A. (1995), *Philosophy of Social Science*, Westview Press, Colorado, USA; Oxford, Reino Unido.
25. SALANTI, A. (1998), «Falsificationism», em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 183-189.
26. SCHUMPETER, J. (1954), *History of Economic Analysis*, pgs. 888-889.
27. VESKOVATOFF (1998), «Holism» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 229-232.